Estratégia Concursos

Aula 00

SEFAZ-MG (Auditor Fiscal) Passo Estratégico de Economia

Autor:

Celso Natale, Leonardo Gadelha

09 de Fevereiro de 2023

EFICIÊNCIA E FALHAS DE MERCADO

Sumário

Apresentação 2

O que é o Passo Estratégico? 3

Análise Estatística 4

O que é mais cobrado dentro do assunto? 4

Aposta estratégica 5

Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque 5

Questões estratégicas 12

Questionário de revisão e aperfeiçoamento 19

Perguntas 19

Perguntas com respostas 20

Lista de Questões Estratégicas 22

Gabarito 24

APRESENTAÇÃO

Olá!

Meu nome é **Celso Natale** e serei seu analista neste Passo Estratégico de **Economia p/ Sefaz-MG, cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual** (versão Pré-Edital)!

Além de professor titular de Economia – Micro, Macro, Setor Público, Internacional, entre outras – aqui do Estratégia Concursos, sou coordenador dos cursos da Diplomacia e Analista do Banco Central do Brasil, meu primeiro e único concurso. Como passei? Com estratégia (e muito esforço, é claro), e é isso que pretendo dividir com você nos próximos dias.

Atuar no Passo é consequência natural de tantos anos debruçado sobre provas de concursos, porque isso me proporcionou uma visão bastante aprofundada da forma como as bancas elaboram as provas e, mais importante, da forma como os candidatos são aprovados.

Além disso, se há algo que aprendemos em Economia é a otimizar os recursos escassos, como seu tempo, não é? Nessa missão, conto com a ajuda de um colega especialista na área, e já vou passar a palavra para ele.

E aí, tudo joia? Meu nome é **Leonardo Gadelha** e, assim como o Mestre Celso, estarei à disposição para ajudar você nessa caminhada. Sou Economista formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e recentemente fui aprovado no concurso da Funsaúde 2021 (banca FGV) para o cargo de Economista. Também sou professor de Economia e Finanças Públicas do Sistema de Questões do Estratégia, além de fazer parte da equipe de Economia responsável pelo fórum de dúvidas.

A **banca do último concurso foi a FGV**, que possui tradição relevante em provas de Economia, e o conteúdo programático para esse concurso veio bem enxuto, basicamente dividido em dois assuntos relativamente pequenos: “Economia do Setor Público” e “Teoria da Tributação”. Portanto, é bem alto o custo x benefício de estudar esses dois assuntos e garantir pontos preciosos na prova.

Então é isso, mãos à obra. Estamos muito felizes e comprometidos com essa responsabilidade. Vamos juntos!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

a) orientar revisões eficientes;

b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias**, quanto para **maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:

@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Vamos dar uma olhada nos percentuais de incidência de todos os assuntos previstos para o nosso concurso. Perceba que os tópicos 1, 2, 4 e 5 estão juntos, pois eles são vistos nesse relatório que iremos estudar.

Assunto	Grau de incidência em concursos similares FGV
1. Noções de Economia do Setor Público: equilíbrio competitivo e eficiência econômica. O conceito de Ótimo de Pareto. 2. Noções sobre teoremas de bem-estar. 4. Bens públicos. 5. Externalidades.	**72,73%**
3. Incidência de impostos e subsídios.	27,27%

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem os nossos assuntos, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança FGV
Eficiência Econômica e Ótimo de Pareto	22,22%
Bens Públicos	41,56%
Externalidades	36,22%

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa[1].

Em Falhas de Mercado, "Bens Públicos", apesar de não ser o tema mais frequente, tem um conceito extremamente recorrente e simples de absorver: suas características de **não rivalidade** e **não exclusividade**.

CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS

Não exclusividade: é impossível, tecnicamente, impedir as pessoas de consumir o bem público. Consequência: problema do carona.

Não rivalidade: o consumo por um indivíduo não impede o consumo por outro. Consequência: custo marginal nulo (ou irrisório).

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. A eficiência que importa, em Economia, é a chamada eficiência de Pareto. Algumas vezes chamada "ótimo de Pareto".

1.1 Eficiência (Ótimo) de Pareto, de acordo com Varian é "Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra."

1.2 Seguindo essa lógica, se é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de ninguém, estamos diante de um caso de ineficiência no sentido de Pareto.

[1] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

1.3 Isso torna a eficiência de Pareto um resultado sempre preferível à ineficiência. Afinal, se podemos melhorar a situação de alguém sem prejudicar ninguém, por que não fazer isso?

1.4 A eficiência de Pareto é preferível à ineficiência, mas isso não significa que ela é perfeita. Imagine que há apenas dois indivíduos em uma economia. Um deles detém toda a riqueza e todos os recursos, enquanto o outro não tem nada. A situação é eficiente no sentido de Pareto, pois a única forma de melhorar a situação do indivíduo que não tem nada é piorando a situação do indivíduo que tem tudo. Por isso, é possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

2. A compreensão desse relatório também passa pelo entendimento de que as Falhas de Mercado são causa de ineficiência dos mercados.

2.1 Na presença de falhas, o mercado não consegue – sem ajuda – atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

2.2 As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades e informações assimétricas.

2.3 **[ATENÇÃO]**: O edital da **Sefaz-MG** trouxe apenas duas falhas de mercado: **bens públicos e externalidades**. De toda forma, iremos apresentar rapidamente os conceitos de informações assimétricas, pois é plenamente possível que a banca traga alguma alternativa na prova.

3. Para começar a compreender os **bens públicos**, convém saber o que seriam bens privados,

3.1 Bens privados têm exclusividade e rivalidade como características de consumo. Elas tornam possível saber a quantidade e o preço pago pelo bem, por cada consumidor. Podemos individualizar o consumo dos bens privados.

3.1.1 Para exemplo de bem privado, pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. Rival, pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. Exclusivo porque o vendedor pôde excluir todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho.

3.1.2 Dessa forma, quem percebe maior utilidade no consumo do bem privado vai comprar quantidades maiores e/ou pagará preços maiores.

3.2 Os bens públicos são aqueles bens não rivais e não exclusivos. Então você já deve imaginar que sem rivalidade e sem exclusividade, como é o caso dos bens públicos, isso fica bem mais complicado.

3.2.1 Uma queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é não rival, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e não exclusivo, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

3.2.2 A não rivalidade também acarreta o problema chamado de caronas, ou free riders, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. “O

carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

3.2.3 Por isso a Polícia, a Justiça e a segurança pública são financiadas por impostos. Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

3.2.4 O que esses bens públicos têm em comum é não obedecerem à lógica de rivalidade e exclusividade. Pelo contrário, eles têm por características a não exclusividade e a não rivalidade.

3.3 Você deve compreender algo sobre a oferta de bens públicos.

3.3.1 Por serem não exclusivos, todos desfrutam dos bens públicos, pagando por eles ou não. Isso é muito diferente dos bens privados que, por serem exclusivos, só serão consumidos por aqueles que pagarem, e digo mais: apenas por aqueles que pagarem o preço.

3.3.2 Já a não rivalidade significa que o bem não se divide, de forma que o consumo por uma pessoa não impede o consumo por outra pessoa, e isso traz uma consequência interessante: o custo marginal, que é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem, é nulo.

3.3.3 O governo investe alguns bilhões em segurança nacional. Esse é o custo de manter, entre outras coisas, soldados protegendo nossas fronteiras. Quando nasce um cidadão, esse custo não aumenta, mesmo que ele seja um novo consumidor dessa segurança pública. Isso porque o consumo do cidadão recém-nascido de segurança nacional não rivaliza com o meu ou com o seu consumo desse bem.

3.3.4 Por causa de suas características, os bens públicos impedem que os mercados alcancem a eficiência econômica, porque o sistema de preços não funciona adequadamente quando os consumidores não revelam suas preferências.

3.3.5 A solução é que os bens públicos sejam ofertados pelo governo e financiados por meio de tributos cobrados da sociedade. Dessa forma, o Estado age corrigindo essa falha.

3.4 Avancemos aos bens semipúblicos (ou meritórios), que ficam no meio do caminho entre os bens públicos e os privados.

3.4.1 Os bens meritórios são exclusivos, como os bens privados, mas são não rivais, como os bens públicos. Isso quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.

3.4.2 O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

3.4.3 Os bens semipúblicos são privatizáveis, pois a exclusividade os torna interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde. Mas eles também costumam ser ofertados pelo Estado por gerarem externalidades positivas, ou seja, grandes benefícios para a sociedade em geral.

3.5 E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados bens comuns, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

4. O segundo tipo de falhas de mercado que veremos são as **externalidades**, efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais.

4.1 Externalidades podem ser positivas, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de externalidade positiva.

4.2 Do ponto de vista técnico, portanto, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

4.2.1 Os custos privados são representados pelos efeitos internos de uma ação econômica. Os efeitos internos das ações econômicas não escapam ao registro do preço e são, portanto, consideradas no cálculo econômico dos agentes privados.

4.2.2 Os custos sociais, por sua vez, são representados pela soma dos efeitos internos com os efeitos externos que escapam ao mecanismo de preços e não são considerados nos cálculos do agente privado, quando este precifica determinado bem ou atividade econômica.

4.2.3 Quando os custos sociais excedem os custos privados, configura-se uma externalidade negativa. Nestas circunstâncias, haverá uma tendência de superoferta (produção maior que o ideal), porque parte dos custos de produção será absorvida por outros agentes que não o inicial.

4.2.4 Uma medida alocativa (intervenção do governo) adequada seria, por exemplo, a imposição de um tributo sobre a produção deste bem, com vistas a desencorajá-la. Outra medida viável seria a aplicação de multas à medida que as ações prejudiciais à coletividade fossem detectadas.

4.2.5 Os benefícios privados são representados basicamente pelos lucros auferidos pelo agente privado e não escapam ao mecanismo de preços. O benefício social, por sua vez, é a soma dos efeitos internos com os externos que escapam ao mecanismo de preços.

4.2.6 Quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, temos uma externalidade positiva; os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado.

4.2.7 Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal). A medida alocativa para corrigir esta sub oferta seria, digamos, a concessão de um subsídio à firma/indivíduo, de forma a encorajá-lo a aumentar a produção.

4.2.8 O sistema de mercados não tem como ajustar os preços a essas divergências, visto que as externalidades não são mensuradas nos preços praticados. Desse modo, as responsabilidades na promoção dos ajustes são transferidas para o governo, que poderá corrigir essas falhas mediante incentivos às externalidades positivas e desincentivos às externalidades negativas.

4.2.9 Observe que essas situações representam falhas de mercado, uma vez que, em mercados competitivos, as ações dos agentes devem estar refletidas no mecanismo de preços. Estes, por sua vez, são resultado da livre interação entre oferta e demanda.

4.2.10 Se temos externalidades, há tendência à sub/super oferta/demanda, o que faz com que o mercado se afaste do resultado competitivo (concorrência perfeita).

4.2.11 Segue agora um quadro com um resumo sobre as situações em que há externalidades negativas ou positivas:

Situação	Externalidade	Medida interventiva/regulatória + exemplo
BS=BP	Não há	-
CS=CP	Não há	-
BS>BP	Positiva	Incentivo à externalidade (subsídio, incentivo fiscal).
CS>CP	Negativa	Desincentivo à externalidade (tributação mais elevada, multas, proibição).

A regra básica é esta: quando um benefício social (BS) – ou “algo bom” para a sociedade – supera uma coisa boa ou um benefício para o particular (BP), teremos externalidade positiva, que deve ser incentivada pelo governo. Por outro lado, quando um custo social (CS) - ou “algo ruim” para a sociedade - supera um custo ou algo ruim para o particular (CP), teremos externalidade negativa, que deve ser desincentivada.

4.3 São duas as principais causas das externalidades: ausência de direitos de propriedade e custos de transação.

5. E para finalizar as falhas de mercado, temos as **Assimetrias de Informações**, que ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem. Lembre-se que a FGV não trouxe essa falha de mercado explicitamente no Edital, mas é interessante que você saiba seus conceitos, e assim possa evitar qualquer surpresa na prova.

5.1 A assimetria de informações está presente em muitas relações de consumo: quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um

alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

5.2 O principal exemplo, contudo, possivelmente são os contratos, especialmente os financeiros, pois os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira não são totalmente transparentes, isto é, nem sempre há livre disponibilidade de informações relevantes a todas as partes envolvidas na transação.

5.2 O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais "fraca", geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consume.

5.3 É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o risco moral e a seleção adversa.

5.3.1 O conceito de risco moral (em inglês, moral hazard) está presente quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra.

5.3.1.1 O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

5.3.1.2 Ao mesmo tempo, a ação do agente de uma das partes não pode ser controlada e/ou não pode ser verificada, ou seja, a condição para o problema de moral hazard (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

5.3.1.3 Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do problema agente-principal, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

5.3.2 Já a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia.

5.3.2.1 Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

5.3.3 Um tipo de informação assimétrica é a chamada informação privilegiada. Trata-se da informação que algumas pessoas podem ter sobre fatos que não são de conhecimento público. Por exemplo: analistas da Comissão de Valores Mobiliários avaliam planos de fusões entre empresas antes de se tornarem públicos. Algumas dessas fusões podem provocar aumento do preço das ações das empresas. Se os

analistas da CVM comprassem um monte de ações das empresas, poderiam vender logo depois que a fusão se tornasse pública e o preço das ações disparasse. É por isso que eles são proibidos de investir em ações.

6. Para concluir o nosso relatório, vamos analisar os **teoremas do bem-estar**.

6.1 O primeiro teorema do bem-estar trata da eficiência econômica e dos mercados competitivos. O equilíbrio de um mercado competitivo ocorre quando a quantidade ofertada é igual à quantidade demandada (a um determinado preço de equilíbrio). Neste caso, temos um equilíbrio competitivo, pois os vendedores e compradores atuam como aceitadores de preço, pois eles aceitam o preço de equilíbrio, determinado pelo mercado.

6.1.1 Daí, concluímos que qualquer equilíbrio em um mercado de concorrência perfeita implicará uma alocação de mercadorias Pareto-eficiente. Formalmente, o primeiro teorema pode ser descrito de duas maneiras:

6.1.1.1 *A alocação de bens ou insumos que resulta de um equilíbrio geral competitivo é eficiente em termos econômicos*.

6.1.1.2 *Se todos fizerem transações em um mercado competitivo, todas as transações mutuamente vantajosas serão realizadas e o equilíbrio na alocação dos recursos será economicamente eficiente*.

6.1.2 Portanto, o primeiro teorema nos diz que o equilíbrio competitivo é Pareto-eficiente.

6.2 Já o segundo teorema do bem-estar é uma espécie de complemento "condicional" do primeiro. Nós vimos acima que qualquer alocação decorrente de um equilíbrio concorrencial é eficiente no sentido de Pareto. Mas, será que a recíproca é verdadeira? Ou seja, será que toda alocação no sentido de Pareto corresponde, obrigatoriamente, a um equilíbrio de mercado concorrencial?

6.2.1 A resposta é SIM, <u>desde que as preferências dos consumidores sejam convexas</u> ("bem comportadas"). Esse resultado é conhecido como segundo teorema do bem-estar, que pode ser definido das seguintes maneiras:

6.2.1.1 *Desde que as preferências dos consumidores sejam convexas, então cada alocação eficiente de Pareto (cada ponto na curva de contrato) corresponde a um equilíbrio competitivo nesse mercado*.

6.2.1.2 *Qualquer alocação de bens e insumos eficiente em termos econômicos pode ser atingida com um equilíbrio geral competitivo por meio de uma realocação dos recursos da economia*.

6.2.2 Portanto, o segundo teorema afirma que (com base nos mesmos pressupostos adotados para o Primeiro Teorema do Bem-estar) qualquer equilíbrio eficiente pelo critério de Pareto pode ser alcançado escolhendo a correta alocação inicial dos bens. O que isto significa é que, se desejamos resultados eficientes que sejam também equitativos (seja qual for o padrão pelo qual façamos essa avaliação), podemos chegar a esses resultados

sendo cuidadosos no que se refere ao modo como inicialmente alocamos bens e insumos por entre consumidores e produtores.

A última assertiva, em especial, nos diz que uma vez que estamos em um ótimo de Pareto decorrente de um equilíbrio geral competitivo, é sempre possível realocar os bens e insumos e, mesmo assim, manter a alocação eficiente economicamente. Ou seja, ela nos diz que qualquer alocação "ótimo de Pareto" pode ser atingida por meio de uma realocação dos recursos existentes, mesmo que a alocação anterior já seja um "ótimo de Pareto".

Agora, chegou a hora de colocarmos nosso conhecimento em prática. Caso você sinta qualquer dificuldade, não deixe de enviar sua dúvida no fórum. Estamos juntos!

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

1. (FGV - Consultor do Tesouro/SEFAZ-ES/2022) Dentre as características de um bem público, é possível mencionar o fato de que:

a) o seu consumo reduz a quantidade disponível para outro consumidor.

b) o custo necessário para excluir seu acesso por parte de quem não possui não é impeditivo.

c) apresentam baixa rivalidade e baixo custo de exclusão.

d) é não-rival e não-excludente.

e) é sujeito à "Tragédia dos Comuns".

Comentários:

Não é a toa que nossa **Aposta Estratégica** tratou de "características dos bens públicos". Essa questão é a mais recente da FGV sobre o tema, e é exatamente assim que costuma ser cobrado.

a) Incorreta. O consumo de um bem público **NÃO REDUZ** a quantidade disponível para outro consumidor. E isso se deve justamente ao atributo da **não rivalidade**.

b) Incorreta. O custo necessário para excluir seu acesso é de fato impeditivo, em virtude da não exclusividade. Ou seja, é impossível, tecnicamente, impedir as pessoas de consumir o bem

público. As características dos bens públicos (não exclusividade e não rivalidade) tornam tarefa difícil (quase impossível) saber a quantidade e o preço paga pelo bem, por cada consumidor. Se é difícil saber a quantidade e o preço paga por cada consumidor, não há como calcular o custo para excluir as pessoas de consumirem esse bem.

c) Incorreta. Lembre-se que os bens públicos devem ser, necessariamente, não excludentes e não rivais.

d) Correta. Apesar de parecer um tanto quanto repetitivo, é exatamente assim que as bancas cobram. Portanto, não esqueça: os bens públicos devem ser, necessariamente, **não rivais e não exclusivos**.

e) Incorreta. Quem está sujeito à "Tragédia dos Comuns" são os bens comuns. A Tragédia dos Comuns é a situação em que um indivíduo utiliza excessivamente um recurso de propriedade comum (livre acesso a todos, como os peixes) reduzindo o benefício que outras pessoas têm do mesmo recurso.

Gabarito: "d"

2. (FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental/CGM Niterói/ 2018) Acerca do conceito de bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.

II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários:

Aqui, é importante conhecer os conceitos de **rivalidade e exclusividade.** Um bem é rival quando o consumo de uma unidade do bem reduz a quantidade disponível para outros consumidores. Já para o bem excludente é possível excluir uma pessoa do consumo deste bem.

Vamos às alternativas:

I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.

CORRETA. Os bens públicos devem ser, necessariamente, não rivais e não exclusivos.

As praças e parques podem ser considerados bens públicos, pois em regra, não é possível privar uma pessoa de seu consumo (não exclusivo). Além disso, o fato de mais pessoas utilizarem esse bem não impede que outras utilizem (não rivalidade).

Vale dizer que a banca considerou a regra geral, ou seja, praças e parques públicos, em que não se pode cobrar a entrada das pessoas (não exclusivo). Mas ainda assim, eles podem ser considerados bens rivais quando estão cheios, pois a utilização por uma pessoa pode impedir que outras pessoas usufruam.

II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

ERRADA. A alternativa apresenta dois erros:

1► Bens semipúblicos são **não rivais** e exclusivos. Ou seja, o consumo desses bens por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos.

2► O surgimento dos free-riders decorre da não exclusividade. Free-riders são os indivíduos que desfrutam dos bens sem pagar por isso.

III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

ERRADA. Bem meritório é outra denominação para bem semipúblico (**não rivais e exclusivos**).

Em regra, os recursos naturais são considerados bens públicos. Em alguns casos, no entanto, podem ser considerados como um bem comum (rival e não exclusivo).

Tenha em mente o seguinte: a não rivalidade vai até certo ponto. Se um recurso natural for amplamente utilizado, podemos nos deparar com uma situação na qual o consumo por mais uma pessoa prejudicará o consumo das demais.

Gabarito: "a"

3. (FGV - Agente de Fiscalização (TCM SP)/Economia/2015) O uso das vias públicas pode produzir diversos problemas para a sociedade em termos de poluição, acidentes causados por velocidade excessiva ou veículos em péssimas condições e perda de tempo devido ao trânsito. Na Teoria Econômica esses são problemas:

a) de externalidades negativas, e a solução é a intervenção do Estado por meio da imposição de impostos, pedágios urbanos e regulamentação das condições do veículo para desestimular tais externalidades;

b) de elevado grau de rivalidade, e a solução é a implementação de pedágios urbanos como forma de diminuir o uso de automóveis e estimular o uso de transportes coletivos;

c) de mercados incompletos, visto que o Estado poderia implementar um mercado de Lindhal para cada um desses "problemas", ou seja, quem desejar menos poluição, basta pagar uma contribuição, que é repassada pelo Estado para aqueles que optarem por deixar o veículo em suas residências;

d) de falha de informação, e uma solução possível seria o gasto maior em propagandas públicas advertindo contra o surgimento de tais problemas;

e) de interferência excessiva do governo na economia. Soluções possíveis passam pela privatização de todas as vias públicas, permitindo que o mercado se autorregule, o que minimizaria tais problemas, e maior punição no caso de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.

Comentários:

As **Externalidades** ocorrem quando um agente econômico influencia o bem-estar de outro agente econômico, e este não paga ou não recebe nenhum tipo de compensação por essa influência. Dito de outro modo, as externalidades são efeitos, positivos ou negativos, das nossas escolhas que recaem sobre as outras pessoas.

No caso específico da questão, temos uma externalidade negativa, que está relacionada ao consumo de um bem ou serviço por um individuo que gera um custo a terceiros. É o caso dos exemplos citados no enunciado:

A poluição ocasionada por um carro, acidentes causados por velocidade excessiva ou veículos em péssimas condições afetam negativamente outras pessoas. Assim, torna-se necessária uma atuação estatal, que pode se dar por meio de tributos, multas ou até mesmo de pedágio.

Gabarito: "a"

4. (FGV - Auditor Fiscal de Tributos Estaduais (SEFIN RO)/2018) Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público. Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

a) perde a característica de não excludência.

b) o uso excessivo a torna um bem rival.

c) há a presença de transporte público e carros particulares.

d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.

e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

Comentários:

Se você lembrar que um **bem público** deve ser, necessariamente, **não rival e não excludente** você já consegue eliminar as alternativas C, D e E.

O enunciado nos diz que quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público. Ou seja, ela é não rival, pois o seu consumo por parte de um indivíduo ou de um grupo social não prejudica o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade. Além disso, ela seria não excludente, de modo que seria difícil (ou quase impossível) excluir as pessoas do consumo dos bens públicos.

Mas com o trânsito em determinados horários, o uso por determinadas pessoas impede outras pessoas de estarem ali também. Ou seja, o engarrafamento faz com que a presença de um carro a mais imponha um custo aos demais.

Gabarito: "b"

5. (FGV/ECONOMISTA MIN. CULTURA - 2006) A respeito das falhas de mercado, assinale a alternativa correta.

a) Quando o mercado aloca recursos de forma ineficiente, não há falhas de mercado.

b) A existência de bens públicos é característica de mercados perfeitamente competitivos.

c) A presença de externalidades é um exemplo de falha de mercado.

d) O governo não deve atuar quando há assimetria de informação no mercado, pois tal fato não é falha de mercado.

e) O monopólio, como forma de competição perfeita, não se caracteriza como falha de mercado.

Comentários:

a) Incorreta. Quando o mercado aloca recursos de forma ineficiente, ~~não~~ HÁ falhas de mercado.

b) Incorreta. A existência de bens públicos é característica de FALHAS DE MERCADO.

c) Correta. A presença de externalidades é um exemplo de falha de mercado.

d) Incorreta. O governo ~~não~~ DEVE atuar quando há assimetria de informação no mercado, pois tal fato não É falha de mercado.

e) Incorreta. O monopólio, como forma de competição IMPERFEITA, ~~não~~ se caracteriza como falha de mercado.

Gabarito: "c"

6. (FGV/Prefeitura Municipal de Salvador/2019) Um casal tem um apartamento A com 100m² de área e cujo valor por m² é de R$ 1.000,00.

Após diversas procuras, eles encontram quatro opções:

• um apartamento B cujo valor é de R$ 1200,00 por m² e cujo tamanho é de 200 m²;

• um apartamento C, cujo valor é de R$ 900,00 por m² e cuja área é de 120m²;

• um apartamento D cujo valor é de R$ 950 m² e cuja área é de 110 m²; e

• um apartamento E, cujo valor é de R$ 700 m² e cuja área é de 90 m².

Considerando que o casal tem orçamento para adquirir qualquer apartamento e preferências monotônicas e convexas, o ótimo de Pareto, nessa situação será:

a) manter o apartamento A.

b) comprar o apartamento B pois há melhora de Pareto em relação ao tamanho.

c) comprar o apartamento C pois há melhora de Pareto tanto em termos de valor por metragem como em termos de área.

d) comprar o apartamento D pois há melhora de Pareto tanto em termos de valor por metragem como em termos de área.

e) comprar o apartamento E, porque há melhora de Pareto em relação ao menor custo por metragem.

Comentários:

Resolvi colocar essa questão aqui por um motivo muito simples: a FGV trouxe uma aplicação interessante (e bem diferente) do conceito de **Ótimo de Pareto**.

Nós já sabemos que o **Ótimo de Pareto** é uma situação que ocorre quando **um agente não consegue ter sua situação melhorada sem que haja uma piora para outro agente**. Mas nessa questão, temos apenas o agente "casal".

Aqui temos uma situação interessante. Para essa questão, a banca considerou que a cesta de bens do casal é composta por “tamanho do apartamento” e “preço”. A questão falha ao não deixar claro, mas vamos assumir que o **casal prefere apartamentos maiores** e **preços menores**.

➡ **A pergunta que devemos fazer agora é a seguinte: será que o apartamento em que eles moram (apto A) é um ótimo de Pareto?**

A resposta é **NÃO**. Pois dentre as opções disponíveis, eles conseguem mudar para um apartamento maior e mais barato: o apartamento C.

Ou seja, ao comprar o apartamento C, eles conseguem melhorar ambas as situações: tamanho maior e preço menor.

Perceba que o apto C possui 120m² de área contra apenas 100m² do apartamento A. Melhor ainda, o apartamento C custa R$900 por m², ao passo que o apartamento A tem o valor de R$1.000 por m².

➡ **Façamos outra pergunta: ao adquirir o apartamento C, o casal agora se encontra em uma situação eficiente de Pareto?**

A resposta é **SIM**. A partir do apto C, o casal não consegue adquirir um apartamento que seja maior e mais barato. Ou seja, eles não conseguem melhorar uma situação sem piorar outra. Vejamos as possibilidades em relação ao apto C:

Apto B: mais caro que C, apesar de maior;

Apto D: mais caro que C, e menor também;

Apto E: menor que C, apesar de mais barato.

Logo, o **apartamento C apresenta uma situação Eficiente de Pareto**. De posse do apartamento C, o **casal está na melhor situação possível**, pois não há como melhorar as duas condições. Ou seja, não há como conseguir um apartamento maior, sem que ele seja mais caro. Da mesma forma, não há como conseguir um apartamento mais barato e que seja maior.

Gabarito: "C"

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. **Qual é a definição de eficiência de Pareto?**
2. **Por que uma situação Pareto ótima não, necessariamente, justa no sentido distributivo?**
3. **Quais são os três principais tipos de falhas de mercado?**
4. **Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?**
5. **Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.**
6. **Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?**
7. **Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.**

Perguntas com respostas

1. Qual é a definição de eficiência de Pareto?

Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

Portanto, se é possível melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a situação de outra, a situação é ineficiente.

2. Por que uma situação Pareto ótima não, necessariamente, justa no sentido distributivo?

Porque é possível uma situação econômica na qual não há nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra. Isso ocorre se toda a renda, por exemplo, estiver concentrada com um único indivíduo.

3. Quais são os três principais tipos de falhas de mercado?

Bens públicos, externalidades e informações assimétricas.

4. Quais são as características dos bens públicos puros, dos bens meritórios e dos bens comuns?

Bens públicos puros: não rivais e não exclusivos.

Bens meritórios: não rivais e exclusivos.

Bens comuns: rivais e não exclusivos.

5. Externalidades podem ser negativas ou positivas. Conceitue e defina critérios objetivos para cada tipo.

Externalidades positivas ocorrem quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou negativas, quando trazem prejuízos.

Objetivamente, ocorre uma externalidade quando os custos sociais (CS) são diferentes dos custos privados (CP), ou quando os benefícios sociais (BS) são diferentes dos benefícios privados (BP).

BS>CS = externalidade positiva

BS<CS = externalidade negativa

6. Por que externalidades positivas também são consideradas falhas de mercado?

Porque elas ocorrem quando os benefícios sociais superam os benefícios privados, ou seja, os benefícios que o produtor concede à sociedade são maiores que aqueles pelos quais estará sendo compensado via mercado. Dessa forma, haverá tendência à sub oferta do bem ou serviço (produção menor que o ideal).

7. Informações assimétricas provocam dois problemas principais. Defina esses problemas e cite exemplos de cada um deles.

Risco moral e seleção adversa. O risco moral ocorre quando existe a possibilidade de uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra, enquanto a seleção adversa está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. O risco moral está presente, por exemplo, no processo eleitoral: elegemos um representante para buscar os interesses da sociedade, mas nem sempre é o que acontece, né? E a seleção adversa ocorre quando o banco cobra juros elevados para cobrir a inadimplência, e com isso apenas clientes propensos a inadimplir ficam dispostos a arcar com esses juros altos.

...

Parabéns pode ter concluído mais esse relatório! =)

Abraço e bons estudos!!!

Prof. Celso Natale

Instagram: *www.instagram.com/profcelsonatale*

Lista de Questões Estratégicas

1. (FGV - Consultor do Tesouro/SEFAZ-ES/2022) Dentre as características de um bem público, é possível mencionar o fato de que:

a) o seu consumo reduz a quantidade disponível para outro consumidor.

b) o custo necessário para excluir seu acesso por parte de quem não possui não é impeditivo.

c) apresentam baixa rivalidade e baixo custo de exclusão.

d) é não-rival e não-excludente.

e) é sujeito à "Tragédia dos Comuns".

2. (FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental/CGM Niterói/ 2018) Acerca do conceito de bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.

II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

3. (FGV - Agente de Fiscalização (TCM SP)/Economia/2015) O uso das vias públicas pode produzir diversos problemas para a sociedade em termos de poluição, acidentes causados por velocidade excessiva ou veículos em péssimas condições e perda de tempo devido ao trânsito. Na Teoria Econômica esses são problemas:

a) de externalidades negativas, e a solução é a intervenção do Estado por meio da imposição de impostos, pedágios urbanos e regulamentação das condições do veículo para desestimular tais externalidades;

b) de elevado grau de rivalidade, e a solução é a implementação de pedágios urbanos como forma de diminuir o uso de automóveis e estimular o uso de transportes coletivos;

c) de mercados incompletos, visto que o Estado poderia implementar um mercado de Lindhal para cada um desses “problemas”, ou seja, quem desejar menos poluição, basta pagar uma contribuição, que é repassada pelo Estado para aqueles que optarem por deixar o veículo em suas residências;

d) de falha de informação, e uma solução possível seria o gasto maior em propagandas públicas advertindo contra o surgimento de tais problemas;

e) de interferência excessiva do governo na economia. Soluções possíveis passam pela privatização de todas as vias públicas, permitindo que o mercado se autorregule, o que minimizaria tais problemas, e maior punição no caso de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.

4. (FGV - Auditor Fiscal de Tributos Estaduais (SEFIN RO)/2018) Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público. Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

a) perde a característica de não excludência.

b) o uso excessivo a torna um bem rival.

c) há a presença de transporte público e carros particulares.

d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.

e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

5. (FGV/ECONOMISTA MIN. CULTURA - 2006) A respeito das falhas de mercado, assinale a alternativa correta.

a) Quando o mercado aloca recursos de forma ineficiente, não há falhas de mercado.

b) A existência de bens públicos é característica de mercados perfeitamente competitivos.

c) A presença de externalidades é um exemplo de falha de mercado.

d) O governo não deve atuar quando há assimetria de informação no mercado, pois tal fato não é falha de mercado.

e) O monopólio, como forma de competição perfeita, não se caracteriza como falha de mercado.

6. (FGV/Prefeitura Municipal de Salvador/2019) Um casal tem um apartamento A com 100m² de área e cujo valor por m² é de R$ 1.000,00.

Após diversas procuras, eles encontram quatro opções:

• um apartamento B cujo valor é de R$ 1200,00 por m² e cujo tamanho é de 200 m²;

• um apartamento C, cujo valor é de R$ 900,00 por m² e cuja área é de 120m²;

• um apartamento D cujo valor é de R$ 950 m² e cuja área é de 110 m²; e

• um apartamento E, cujo valor é de R$ 700 m² e cuja área é de 90 m².

Considerando que o casal tem orçamento para adquirir qualquer apartamento e preferências monotônicas e convexas, o ótimo de Pareto, nessa situação será:

a) manter o apartamento A.

b) comprar o apartamento B pois há melhora de Pareto em relação ao tamanho.

c) comprar o apartamento C pois há melhora de Pareto tanto em termos de valor por metragem como em termos de área.

d) comprar o apartamento D pois há melhora de Pareto tanto em termos de valor por metragem como em termos de área.

e) comprar o apartamento E, porque há melhora de Pareto em relação ao menor custo por metragem.

Gabarito

1. D
2. A
3. A
4. B
5. C
6. C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.